

EMPREENDIMENTOS MADEIREIRO-CELULÓSICOS NO SUL DO BRASIL: ATORES, ESTRATÉGIAS E RELAÇÕES SOCIEDADE - NATUREZA

- *Avanço de Investigação em Curso* -

GT 05: Desarrollo Rural, Globalización y Crisis

Patrícia Binkowski¹

Jalcione Almeida²

Resumo

Nas últimas décadas, o cenário mundial foi marcado pela migração de empresas produtoras de madeira para celulose e papel do hemisfério Norte para o hemisfério Sul provocando uma nova espacialização dos plantios de arbóreas, entre elas, eucalipto, acácia e pinus. A implantação desses projetos tem desencadeado mudanças nas práticas sociais e no meio físico no espaço rural e urbano de determinadas regiões, como o caso de dois municípios no Rio Grande do Sul - Encruzilhada do Sul e Herval. O intuito deste trabalho é identificar e analisar os principais elementos socioeconômicos e sociopolíticos que influenciam a espacialização desses empreendimentos florestais para o hemisfério sul, tomando como referência a base empírica mencionada, e como essa expansão interfere nas dinâmicas socioambientais.

Palavras-chave: Empreendimentos florestais; Indústria da celulose; Dinâmicas socioambientais.

1 Introdução

O cenário mundial recente é marcado pela migração de indústrias de produção de madeira para celulose do hemisfério norte para o sul, promovendo uma nova espacialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos comerciais, principalmente no Sul da América do Sul.

O processo de implantação desses grandes projetos tem desencadeado mudanças nas práticas sociais e no meio físico no espaço rural e urbano de determinadas regiões, mudanças estabelecidas a partir de disputas travadas entre atores sociais “do campo”, empresas capitalistas e o Estado. É o caso do sul do Brasil, e particularmente de dois municípios - Encruzilhada do Sul e Herval, localizados no estado do Rio Grande do Sul, que apesar das diferenças ditadas pelas especificidades locais, apresentam problemáticas sociais e ambientais que os aproximam e que se articulam em torno das discussões sobre as transformações que os monocultivos de árvores vêm provocando na esfera local e regional.

Estes espaços se caracterizam por uma abrangente diversidade social e ambiental, onde se estabelecem diversos tipos de relações entre sociedade e natureza em função dos diferentes atores sociais existentes, como agricultores e pecuaristas familiares (assentados em projetos de reforma agrária ou não), pecuaristas extensivos, madeireiros, empresas terceirizadas, empresas capitalistas, entre outros. Esses atores passam a disputar os mesmos espaços, cada um com uma maneira própria de

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS), doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). patinski77@yahoo.com.br;

² Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e de Sociologia (PPGS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Coordenador do grupo de pesquisa em Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS – www.ufrgs.br/pgdr/temas). Pesquisador CNPq. E-mail: jal@ufrgs.br.

percepção socioambiental, o que contribui para a existência de uma gama de formas de relação com a atividade de produção de madeira.

No centro das disputas que surgem, o que parece posto em xeque é o padrão de desenvolvimento adotado por estas empresas e também pelo Estado, que acaba por influenciar diretamente as dinâmicas socioambientais na medida em que contribuem para mudanças importantes nas atividades econômicas, nas paisagens rurais e nas relações sociais.

Mas, afinal, quais seriam essas mudanças? Alguns autores têm constatado em seus estudos, resguardadas as especificidades sociais e ambientais, que ocorrem mudanças nas estratégias de uso do solo, esvaziamento populacional no “campo”, processos de concentração e estrangeirização da terra, desorganização e reorganização da estrutura social e econômica local, migrações internas e externas, entre outras.

O intuito deste trabalho é identificar e analisar os principais elementos socioeconômicos e sociopolíticos que influenciam a espacialização desses empreendimentos florestais para o hemisfério sul, tomando como referência a base empírica mencionada, e como essa expansão interfere nas dinâmicas socioambientais. Para tanto se faz necessário identificar os atores sociais envolvidos, como se configuram as disputas e quais os principais argumentos da população frente aos empreendimentos madeireiro-celulósicos em implantação.

Deste modo, é importante identificar as percepções destes atores frente a tais dinâmicas e estratégias de (re)adaptação a um “novo” contexto. Na efervescência de acontecimentos em torno da expansão do plantio do “mato”, como se referem os nativos em relação à produção de madeira, os principais eixos a serem investigados serão as estratégias socioprodutivas das multinacionais ao instalarem seus empreendimentos nessas regiões; as formas de organização dos sistemas produtivos (implementação, constituição, mudanças, consequências etc.), as relações trabalhador-empresa multinacional e/ou terceirizada; as estratégias de ação/reação das populações envolvidas ou não com a atividade e as transformações provocadas à paisagem.

2 Os aspectos socioeconômicos e sociopolíticos que influenciaram a espacialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos no Brasil

Com o intuito de entender como ocorreu a espacialização dos plantios comerciais de arbóreas no sul da América do Sul (principalmente no Brasil), a partir da década de 1980, buscou-se dados históricos para uma breve contextualização da expansão do setor de madeira, celulose e papel do cenário internacional nestas últimas décadas.

O setor florestal no Brasil se projeta no início da década de 1950, em parte incentivado pelas políticas desenvolvimentistas do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, onde a “modernização da agricultura” era uma das prioridades de governo. Nesta época, as empresas de produção de celulose e papel passam a ter um aliado importante para o desenvolvimento do setor no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³.

Na década de 1980 os Estados Unidos e Canadá eram países que se destacavam na produção integrada de celulose e papel, abastecendo tanto o mercado interno quanto o externo, caracterizando o alto grau de internacionalização destas empresas. No caso dos países escandinavos como Suécia, Noruega e Finlândia, o mercado interno era limitado e as exportações representavam a maior parte do

³ Para alguns autores, o BNDES, enquanto “braço” financeiro do governo federal, foi o grande incentivador destas empresas florestais no Brasil (Soto, 1992; Suzigan, 1986; Hilgemberg; Bacha, 2000). Durante longos anos, o Banco disponibilizou crédito facilitado e ajudou a consolidar empresas do setor da celulose e papel, entre elas, a Aracruz Celulose, Klabin Celulose, Votorantim Celulose e Papel, e Suzano Papel e Celulose. Após fusões, compras e vendas elas ainda despontam como maiores empresas de produção de celulose e papel do Brasil e, todavia, continuam recebendo incentivos do BNDES.

que era produzido⁴. Porém, o mercado escandinavo foi marcado pela alta competitividade do mercado europeu e também pelo baixo custo de produção de outros países como Estados Unidos, África do Sul e Brasil. Para assegurar a competitividade, as empresas escandinavas aderiram à verticalização da produção de papel, por meio da “integração das plantas existentes e de processos vigorosos de reestruturação patrimonial, via aquisição e fusão de empresas”. (Valentim, 2007, p. 6).

Ainda na década de 1980, as empresas escandinavas começaram a expandir seus empreendimentos, seguindo a reestruturação de seu mercado, realizando novas aquisições e fusões com outras empresas. O foco destes empreendimentos foram os países considerados “novos produtores de celulose de mercado” - Portugal, Espanha, África do Sul, Chile e Brasil. Os elementos levados em consideração para os novos empreendimentos eram que a celulose pudesse ser produzida a partir de espécies arbóreas de rápido crescimento; que a concentração da produção estivesse sob o poder de poucas empresas e que houvesse diversificação de modelos de empresas.

As grandes empresas do mercado mundial adotaram a mesma estratégia das empresas escandinavas e passaram a reestruturar suas atividades no espaço global. Muito em parte incentivadas pelo clima e ambiente destas “novas” áreas, mas também pela tendência de reduzir seus custos de produção.

De acordo com IIED (1996), a exploração de florestas nativas nas regiões da América do Norte e Europa, tradicionais produtores de celulose, possuía restrições tanto pela escassez de florestas aptas à exploração, como pela pressão dos ambientalistas, que apresentam o setor de papel e celulose como o grande responsável pelo desmatamento. Este seria mais um dos motivos para que tais empresas procurassem novas alternativas de abastecimento de matéria-prima.

Outro fator que impulsionou a migração de empresas para outros países, principalmente para o hemisfério sul, é comentado por Carámbula e Piñero (2006, p. 64): a “eliminação das barreiras comerciais aumentou o comércio mundial, acelerou os processos de rotação de capital e facilitou o deslocamento das companhias transnacionais de um país a outro”. Para estes autores, tais companhias buscam economias que oferecem os menores custos, seja de mão de obra, transporte, insumos, impostos, preço da terra, entre outros.

De maneira geral, alguns elementos - em termos ambientais, técnicos, econômicos e políticos - influenciaram na espacialização desses empreendimentos madeireiro-celulósicos no hemisfério sul, principalmente, Chile, Uruguai, Argentina e Brasil.

Em termos ambientais, o clima tropical/subtropical é muito favorável ao crescimento rápido das espécies de eucalipto e pinus, além do que determinadas regiões apresentam solos férteis e alta disponibilidade hídrica. Ademais, a disponibilidade de terras em determinadas regiões permite a concentração da produção e o desenvolvimento uniforme de matéria-prima florestal. Já em termos econômicos e políticos, as empresas de celulose e papel encontraram nos países da América do Sul um sistema político estável, com condições favoráveis de incentivos fiscais, além do baixo custo de produção (técnica, terra e mão de obra). Outra vantagem para a implementação desses empreendimentos florestais no sul da América do Sul são os aspectos logísticos. Geralmente, as regiões escolhidas apresentam boa estrutura ferroviária e rodoviária, além de estarem estrategicamente localizados, próximos de vias fluviais ou marítimas que facilitam o transporte de matéria-prima para outros países.

Para Shiva (2003), a busca por países periféricos, na sua grande maioria localizada no hemisfério sul, se justifica em função de uma série de fatores distintos dos países centrais como, por exemplo, a acessibilidade a grandes quantidades de terra e ao seu baixo valor imobiliário; a mão de

⁴ O mercado escandinavo de celulose e papel também apresenta duas etapas de expansão: a primeira na década de 1950, que em função de fatores como “indisponibilidade de grandes áreas para plantio, baixa taxa de crescimento anual das árvores e os altos custos de exploração nas zonas temperadas” (Lerner *et al.*, 2007, p. 2), provocou a formação de novas plantações preferencialmente nas regiões tropicais e subtropicais; e a segunda etapa na década de 1980, como consta no texto.

obra de baixo custo; o apoio do poder público sobre a forma de incentivos e subsídios; e, na maioria dos casos, a falta de legislação ambiental sobre o tema.

Assim, o cenário mundial recente foi marcado pela migração de indústrias de produção de madeira para celulose do hemisfério norte para o hemisfério sul, promovendo uma nova espacialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos, principalmente para o sul da América do Sul. Especialmente no caso do Brasil, o aumento na produção de celulose e papel esteve intimamente ligado a dois fatores: a reestruturação do mercado em nível global e a determinação político-econômica de tornar o mercado brasileiro competitivo mundialmente. Ao se consolidar como um setor econômico promissor, a tendência da década de 1980 foi à expansão e modernização da indústria de celulose e papel no Brasil. Esta fase de expansão e modernização apresenta dois momentos marcantes, o primeiro na década de 1980 e o segundo a partir dos anos 2000.

Na década de 1980 a intenção foi modernizar as indústrias já existentes em termos de adoção de tecnologias, técnicas de melhoramento genético, equipamentos e maquinários, aproveitando também os investimentos do capital estrangeiro no país. As empresas que despontavam entre as mais produtivas naquela época eram a Aracruz, Klabin, Bahia Sul/Suzano e Votorantim⁵, instaladas basicamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Bahia.

O segundo momento dessa expansão do setor de celulose e papel se deu ao longo dos anos 2000. Nessa época foram estimuladas, principalmente, por três motivos: a) o país queria garantir-se entre os maiores produtores de celulose em termos mundiais; b) a alta demanda por celulose e papel dos países emergentes, como por exemplo a China⁶; e, c) aproveitar a onda de investimentos em termos de políticas públicas geradas no país.

Em 2001, as maiores produtoras de celulose eram a Aracruz, Cenibra, Bahia Sul/Suzano, VCP e Jarí. As produtoras de papel eram a Klabin, Suzano, International Paper, Ripasa e Rigesa (Juvenal; Mattos, 2003). Na última década, o Brasil tornou-se protagonista na produção de madeira para celulose. Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2012), no ano de 2011 o país tinha 6.515.844 milhões de hectares (ha) de plantações arbóreas comerciais, destes, 74,8% plantados com eucalipto e 25,2% com pinus.

Com o mercado efervescente pela demanda de celulose no início dos anos 2000, as indústrias passaram a adquirir mais áreas para efetuar novos plantios. Empresas tradicionais no mercado da celulose como Klabin, VCP, Aracruz e Stora Enso passaram a adotar novas estratégias para aumentar a produção com a aquisição de novas áreas. Contudo, a grande dificuldade era a disponibilidade de áreas nas regiões tradicionais onde eram efetuados os empreendimentos, como São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Novas regiões do país surgiram para a instalação destes novos empreendimentos madeireiro-celulósicos, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul⁷. Alguns desses estados também ofereciam vantagens para o estabelecimento dos plantios e construção de novas fábricas.

Conforme o IIED (1996), para a escolha de uma região para os empreendimentos madeireiro-celulósicos as empresas priorizam determinadas características como: locais passíveis de uma eficiente mecanização (do plantio aos tratamentos silviculturais), solos que possam ter alto índice de nutrientes, configuração de terras que permita a concentração da produção, a produção em larga escala e desenvolvimento uniforme de matéria-prima florestal, rápido crescimento vegetativo das árvores, além de boa estrutura logística (como estradas/rodovias e portos para o escoamento da produção).

⁵ Atualmente estas empresas estão entre as que mais produzem celulose no Brasil.

⁶ Destaca-se aqui a China e sua economia emergente despontando como uma das maiores importadoras de celulose. O Brasil exporta 33,1% da celulose produzida no país para a China (Bracelpa, 2011).

⁷ Entre os atores sociais envolvidos no setor de base florestal no País é comum o termo “MAPITO”, referindo-se aos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, que formam o novo polo florestal localizado no norte/nordeste do país.

Outras características são comentadas por Carrere e Lohman (s/d) referindo-se especificamente ao custo da terra (hectare) e as grandes extensões de terras contíguas. Na visão desses autores essas duas características juntas seriam “uma vantagem”, não só para os plantadores de madeira, mas também para os produtores de celulose, já que as indústrias de celulose de última geração tendem a ser enormes e, portanto, sua localização economicamente ideal é no centro de grandes e compactas áreas produtoras de matéria-prima.

O estabelecimento de empresas multinacionais do setor da celulose e papel nos estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul se deve, sobretudo, à abertura de mercados, característica esta da globalização. Por outro lado, as empresas são atraídas pela mão de obra barata, menores custos de produção, baixo preço pago por hectare e por incentivos fiscais, que geram em grande parte os altíssimos lucros das empresas. No entanto, este modelo hegemônico reproduzido pelas empresas do setor de celulose e papel em países em desenvolvimento tem interferido nas dinâmicas socioambientais dessas regiões, como é o caso do Rio Grande do Sul.

3 O monocultivo de arbóreas no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi um dos novos estados escolhidos para os investimentos florestais no Brasil, a partir do início dos anos 2000. As empresas foram atraídas principalmente pelos incentivos fiscais dados pelo governo estadual da época, pelo menor custo de produção, pela disponibilidade de mão de obra, pelas características climáticas adequadas para o desenvolvimento vegetativo do eucalipto, pela disponibilidade de grandes extensões de terra e também pela infraestrutura viária (rodovias, ferrovias e portos) da região.

O *boom* dos investimentos em novas áreas para a produção de arbóreas, e principalmente de eucalipto, no Rio Grande do Sul ocorre entre 2003 e 2004; entre as empresas estavam a Votorantim Celulose e Papel (VCP), a Stora Enso e a Aracruz Celulose S.A. O discurso dessas empresas, aliado ao do Estado, é que a Metade Sul (região escolhida para localização dos plantios) apresenta um desacelerado desenvolvimento econômico e social, refletido, particularmente, nos baixos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ou seja, empresas e Estado divulgavam que a presença da atividade de produção de madeira para celulose e papel provocaria o desenvolvimento, aumento substancialmente tais índices, traduzidos na forma de novas vagas de emprego, mais arrecadação de impostos, melhoria da infraestrutura local e incentivo à enfraquecida produção agropecuária.

A região da Metade Sul é fortemente baseada em lavouras anuais de arroz e soja e na pecuária extensiva e familiar. Entretanto, muitas críticas começaram a surgir em relação às mudanças sociais, ambientais e produtivas que poderiam ser geradas nessa região a partir da expansão da produção de madeira para celulose e papel⁸. Estariam em jogo mudanças nas relações sociedade-natureza em determinados espaços rurais.

Entre os argumentos sobre as mudanças ambientais estão à redução da diversidade biológica local, a poluição de rios e fontes de água, a degradação do solo, a redução da disponibilidade hídrica, entre outros, o que provocaria um desequilíbrio nos ecossistemas locais. Entre as críticas de cunho social, a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida poderia estar sendo drasticamente afetada devido à desestruturação que a implantação destes monocultivos de eucalipto desencadearia em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos “recursos naturais” baseado em práticas tradicionais.

⁸ Na Metade Sul é produzido comercialmente eucalipto, pinus e acácia e a partir deles são produzidos celulose, carvão, móveis, lenha, entre outros. Cabe ressaltar que a pesquisa que originou este artigo dá ênfase às dinâmicas ocorridas a partir dos monocultivos de eucalipto, no entanto, não se descarta fatos, relatos e acontecimentos originados a partir dos plantios de acácia e pinus.

O que se tem averiguado nas últimas décadas é que grande parte dos espaços rurais tem sido impactados por dinâmicas sociais e ambientais estabelecidas a partir de disputas travadas entre “atores sociais do campo”, empresas capitalistas e Estado. No cerne destas questões estão à luta pela consolidação de diferentes projetos de desenvolvimento e pelas diferentes concepções das relações entre sociedade e natureza. De acordo com Oliveira (2009), geralmente o que se observa nessas disputas são diferentes concepções de desenvolvimento, sejam elas calcadas no discurso da modernização e do crescimento econômico, ou na ideia do estabelecimento de relações menos impactantes/degradadoras entre sociedade e natureza.

Osório (2007) apresenta dados do Centro de Agronegócios (CENAG), que realizou pesquisa no ano de 2006 na Metade Sul do Estado sobre os percentuais de ocupação de área dos estabelecimentos por diferentes formas de exploração agrícola. O estudo concluiu que as lavouras de exploração intensiva ocupam reduzida área, com predomínio da criação pecuária extensiva, de baixa produtividade e que região se encontra economicamente deprimida, com um quadro de deterioração social agravado em decorrência da baixa renda da população e do êxodo rural. Em função dessas características o estudo propõe que a “exploração de produtos florestais” seria a alternativa para os municípios da Metade Sul, pois gerariam empregos, riqueza e qualidade de vida. O estudo mostra ainda que a Metade Sul seria ideal para a “exploração florestal”, reforçando as características potenciais para o desenvolvimento dessas espécies florestais para a finalidade de produção de madeira⁹: localização estratégica, condições de clima e solo, baixo custo de implantação/manutenção das florestas cultivadas, disponibilidade de matéria prima, mercado interno e fixação de carbono.

Cientes das vantagens da Metade Sul, com intuito de aumentar a produção de celulose no mercado doméstico, incentivadas pelo Estado e, principalmente, de olho na demanda do mercado internacional, algumas empresas iniciaram suas estratégias de expansão de novas áreas no Rio Grande do Sul. Entre elas Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Stora Enso – estas estreantes no cenário gaúcho - e a Aracruz Celulose S.A., instalada no município de Guaíba, que a partir da nova política florestal do governo do estado visava expandir ainda mais sua produção¹⁰.

4 A expansão do “mato”¹¹ e as dinâmicas socioambientais em Encruzilhada do Sul e Herval

A expansão da produção de madeira para celulose e papel no Rio Grande do Sul tem desencadeado mudanças sociais e conflitos ambientais em determinados espaços, sejam eles rurais ou urbanos. No cerne desses conflitos em torno dos monocultivos de árvores, o que parece ser questionado é o padrão de desenvolvimento rural gerado pela atividade madeireira e adotado pelo Estado (Binkowski *et al.*, 2012). As diferentes formas de exploração do meio natural, principalmente as executadas por esses empreendimentos madeireiro-celulósicos, têm exercido influências nas dinâmicas socioambientais na medida em que contribuem para mudanças importantes nas atividades econômicas, nas paisagens rurais e nas relações sociais no espaço rural.

A pesquisa escolheu dois municípios, onde se identificaram e se analisaram as atuais dinâmicas socioambientais relacionadas à expansão do “mato”: Encruzilhada do Sul e Herval. Apesar das diferenças ditadas pelas especificidades locais, esses municípios apresentam problemáticas sociais e ambientais que os aproximam e que se articulam em torno das discussões sobre as transformações que os monocultivos de arbóreas vêm provocando no ambiente. Estes espaços se caracterizam por uma

⁹ Vale salientar que o estudo de Osório (2007) foi realizado a partir de dados do Relatório de Impactos Ambientais da Votorantim Papel e Celulose (VCP).

¹⁰ Cabe comentar que existem outras empresas do setor florestal instaladas no RS, porém, nesse trabalho considerou-se as empresas que desenvolvem, exclusivamente, a eucaliptocultura e o montante de investimentos realizados no estado.

¹¹ A expressão “no mato”/“do mato” é comumente utilizada nos municípios que têm a economia voltada à silvicultura. Ela será utilizada neste trabalho para se referir ao local das plantações comerciais de árvores.

abrangente diversidade social e ambiental, onde se estabelecem diversos tipos de relações entre sociedade e natureza em função da própria heterogeneidade natural e da diversidade social – agricultores familiares, pecuaristas extensivos, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, madeireiros, empresas terceirizadas, empresas capitalistas, entre outros. Esses atores passam a disputar os mesmos espaços, cada um com uma maneira própria de perceber a natureza/ambiente, o que contribui para a existência de uma gama de formas de relação com o meio natural.

4.1 Dinâmicas socioambientais em Encruzilhada do Sul: primeira aproximação

O município de Encruzilhada do Sul está na 13ª posição entre aqueles com maior extensão territorial no estado do RS, com 3.348 km² e uma população de 24.534 habitantes, com densidade demográfica de 7,33 hab/km² (IBGE, 2010). Dessa população, 17.119 pessoas vivem na zona urbana, representando 69,8% da população, enquanto que 7.415 pessoas vivem na zona rural, representando 30,2%. A população é composta por 12.322 (50,22%) homens e 12.212 (49,78%) mulheres (IBGE, 2010). O IDH do município é de 0,76 (PNUD, 2000) e o PIB gira em torno de R\$ 10.372,80 (IBGE, 2010).

O município de Encruzilhada do Sul nasceu por meio das sesmarias e tem como atividade tradicional a pecuária. Em função deste contexto histórico e cultural é que se dão muitas das relações existentes entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação do espaço rural e também urbano. No entanto, a pecuária é uma atividade que ao longo dos anos se mostrou instável economicamente.

Estas transformações na pecuária se acentuaram ainda mais com a modernização da agricultura, provocando mudanças em termos técnicos, econômicos e sociais (Roche, 1969; Ribas *et al.*, 2004). O “movimento” ocorrido nas dinâmicas socioambientais na segunda metade do século XX refletiu-se também na concentração fundiária, ou melhor, na desconcentração fundiária, cujos estabelecimentos não chegavam a 5.000 hectares como era comum no início do século. Até a década de 1970 o município era caracterizado como “pecuário e lavoureiro” (gado bovino e ovino e também lavouras de trigo, milho, soja, arroz). Já a década de 1980 é marcada pela modernização da agricultura, provocando o incentivo a mudanças no uso do solo, com investimentos externos e internos em fruticultura, mineração e silvicultura. Na década de 1990, Encruzilhada do Sul tornou-se um polo de assentamentos de reforma agrária. Dois fatores contribuíram para isso: o primeiro, diz respeito à crise econômico-financeira da pecuária e a segunda, na perspectiva de que os assentamentos trouxessem maior diversificação para a agricultura do município.

É a partir da década de 1980 que ocorre o crescimento dos monocultivos de eucalipto, acácia e pinus; é neste período também que a pecuária bovina de corte ganha novo fôlego, sendo retomada enquanto atividade econômica pelos produtores da região. Por outro lado, as lavouras apresentam considerável decaída.

Souza (2006) averigua que com a expansão de novos cultivos no município, entre eles frutíferas e plantios comerciais de madeira, demandantes de um capital expressivo, geraram novas racionalidades e influenciaram diretamente o uso e a posse da terra. Segundo a autora, junto à pecuária extensiva e à agricultura tradicional ascenderam extensas áreas de produção de madeira, fruticultura comercial, assentamentos de reforma agrária e iniciativas artesanais de pequenos e médios agricultores.

A introdução desses novos capitais transformou as relações sociais no município, por exemplo, a posse da terra, que antes funcionava como distinção e indicação de um lugar social privilegiado, hoje passa a ter importância econômica e se valoriza sobremaneira. Para Souza (2006, p.15), “isso engendra transformações nas relações de poder e redefine estratégias”. A autora vê, sobretudo na atividade de produção de madeira, impactos expressivos de cunho socioeconômico nas dinâmicas locais.

Isso é verdadeiro, por exemplo, para a atividade madeireira, que vem desalojando trabalhadores que moravam e retiravam o necessário para a sua subsistência nas terras agora ocupadas com essa

atividade. Pela característica desta produção, há ocupação de mão de obra intensiva em determinados ciclos, alternando-se com períodos significativos onde não há trabalho. Assim, a terra que antes era também local de moradia, se transforma gradativamente em lugar de trabalho eventual. Essa dinâmica territorial gerou um processo de reorganização social e econômica, perceptível principalmente pela ampliação e criação de vilas populares e pela mudança da matriz produtiva no campo. Nesse processo, os atores sociais inserem-se de maneira desigual, de acordo com os recursos de que dispõem (Souza, 2006).

A contextualização histórica encruzilhadense feita até aqui serve de pano de fundo para relacionar às informações coletadas na fase exploratória da pesquisa que origina este artigo. O trabalho de campo foi realizado em dois momentos distintos, o primeiro em novembro de 2011 e o segundo entre novembro de 2012 e agosto de 2013. Das entrevistas realizadas, destacam-se duas delas, que retratam o cenário histórico e atual da expansão do “mato” e suas dinâmicas socioambientais no município. A primeira entrevista foi realizada com o presidente do Sindicato da Madeira do Rio Grande do Sul, e a segunda com uma vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT).

“A região era carbonífera historicamente e hoje é florestal”

Essa foi a frase com que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Madeira iniciou sua fala. Basicamente, durante a entrevista ele traçou o contexto histórico da atividade florestal no município e na região. O Sindicato abrange mais 14 municípios com histórico na atividade de produção de madeira (móveis, carvão, celulose etc.). O Sindicato iniciou sua atuação em Encruzilhada em 2003, quando os plantios comerciais de árvores começaram a tomar maiores proporções. Hoje atua no município em torno de 45 empresas no setor florestal, cada uma com 35 funcionários em média.

O sindicalista comenta que o avanço das empresas em busca de mais áreas para plantio se deu em meados de 2007, demandando maior mão de obra. No entanto, cabe ressaltar que as empresas de produção de madeira não contratam trabalhadores diretamente, mas por meio de empresas terceirizadas, por isso há um alto número de empresas voltadas ao “mato” no município.

Vale salientar também que no município ocorre o plantio de eucalipto, pinus e acácia¹². Entre as empresas de maior porte e que executam esses plantios estão a Celulose Riograndense (ex-Aracruz), Fibria (ex-VCP), Tanac, Seta, entre outras. Conforme o Presidente do Sindicato, com a contratação por meio de empresas terceirizadas as grandes empresas do setor de produção de madeira se eximiram dos encargos trabalhistas, como também dos possíveis problemas com a justiça. Esta acaba sendo uma das estratégias dessas empresas, não ocorrendo somente no município de Encruzilhada do Sul.

Em 2009, com a crise econômica mundial, as empresas deixaram de comprar ou arrendar terras para novos plantios, pois o cenário era de instabilidade pela cotação do dólar – moeda de compra e venda de matérias-primas como a celulose. Nesta época o setor reduziu em torno de cinco mil funcionários - ou “trabalhadores do mato” - na região dita “florestal”. Em Encruzilhada os maiores prejudicados foram os trabalhadores dos plantios de acácia.

Uma das estratégias das empresas em Encruzilhada do Sul é a compra de grandes extensões de terras que antigamente pertenciam a pecuaristas e que agora são utilizadas para o plantio de eucalipto e acácia, como comenta o presidente do sindicato: “havia aqui uma fazenda de gado de 3.000 hectares e que o proprietário estava falido, veio a Celulose Riograndense e comprou, hoje é um mar verde de eucalipto”.

Estas transformações no espaço rural, em função da substituição de sistemas produtivos, acabam por ocasionar mudanças nas formas de reprodução das comunidades. Com más condições de vida no campo, as famílias que viviam anteriormente de trabalhos temporários nas grandes fazendas passam a ter como alternativa a procura de trabalho na cidade. E, com a expansão do “mato” e das

¹² No Rio Grande do Sul são utilizados para produção de celulose somente eucalipto e acácia.

empresas terceirizadas que vêm atrás da atividade, criam-se novas vagas de emprego, em sua grande maioria, sazonais e não formais.

Pegando o exemplo destas relações entre “trabalhadores do mato” e empresas terceirizadas é que em 2011 o Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) denunciou algumas empresas por trabalho escravo¹³. Tais denúncias já eram recorrentes neste município e se pautavam nas seguintes irregularidades: a não existência de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); trabalhadores submetidos a longas jornadas de trabalho (inclusive em dias de chuva); o não pagamento de remuneração acordada; a não capacitação dos trabalhadores para utilizar equipamentos como motosserra; transporte inadequado; a não utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); e a existência de alojamentos sem as mínimas condições de habitabilidade. Segundo o presidente, 40% dos trabalhadores da região dita por ele como “florestal”, ainda são informais e estão em condições de trabalho escravo.

Mesmo tentando analisar os “dois lados da moeda” da atividade de silvicultura em Encruzilhada do Sul, o sindicalista afirma que a atividade é uma das alternativas para reduzir as taxas de desemprego na região, e a tendência é que “haja desenvolvimento dos municípios” que passarem a investir na produção comercial de árvores. Ele alega que 65% da arrecadação do município provêm da atividade florestal e que o retorno é dado em forma de melhorias, como obras públicas e investimento em educação.

“O reflorestamento aumentou a extrema miséria em Encruzilhada do Sul”

Para onde vai o orçamento arrecadado pela prefeitura? Se as empresas do setor geram tantos benefícios, porque existe tanta pobreza no município? Que tipo de desenvolvimento está acontecendo em Encruzilhada do Sul? Estes questionamentos foram feitos pela vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava em seu primeiro mandato (2009 a 2012). Ela não vê a atividade da silvicultura como geradora de desenvolvimento, alegando que o desenvolvimento deve “prezar pelo social, o econômico e o ambiental” e que isso não estaria acontecendo no município.

A vereadora relembra que o avanço dos monocultivos de árvores gerou *frisson* na população em meados dos anos 2000, que via na atividade da silvicultura oportunidades de emprego e melhorias na renda familiar. Contudo, no decorrer dos anos as mudanças que os monocultivos provocaram no cenário encruzilhadense foram impactantes, um “impacto negativo”, segundo ela. Comenta que tais transformações podem ser percebidas tanto na zona rural quanto urbana.

Com dificuldades de permanecer na zona rural, várias famílias migraram para a cidade. Um dos motivos, segundo ela, no caso dos pequenos agricultores foi a necessidade de aumentar a renda familiar e com isso a opção de venda da terra (grande parte da venda para as empresas que produzem madeira), passando a procurar novas oportunidades na cidade; ou ainda, a descapitalização dos agricultores frente à crise na agropecuária – neste caso, também os grandes produtores foram fortemente atingidos.

Existem ainda aqueles casos onde trabalhadores que exerciam funções tradicionais e que caíram em desuso pelas mudanças nos sistemas produtivos, como o capataz de estância e o cantareiro¹⁴. Constatou-se que o município apresenta uma situação demográfica de significativo êxodo rural, decorrência da dificuldade que certos grupos de agricultores locais enfrentam para assegurar sua reprodução social e material.

Outro ponto que pressionou algumas famílias a migrarem para a cidade foi à proibição, na década de 1990, de os trabalhadores do mato morar no “mato”. Era comum visualizar na zona rural -

¹³ Ver http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/boletim/boletim_pdf/boletim11/abril_junho.pdf.

¹⁴ Atividade de molde de pedras. Antigamente o cantareiro tinha muito trabalho, por exemplo, na construção de cercas de pedra, dividindo fazendas e na construção de taipas de açudes.

entre a margem do plantio de árvores e a estrada - pequenas casas onde se alojavam os trabalhadores do mato e suas famílias.

As empresas do setor também centralizaram seus escritórios e sedes na zona urbana e, mesmo que os trabalhadores quisessem permanecer na zona rural estariam prejudicados pela distância, por exemplo, para utilizar o transporte que os levam do centro da cidade até os locais de plantio. Houve no município um significativo aumento da população urbana nos últimos 10 anos, originando novas vilas na região periférica da sede municipal. As vilas Paraíso, Urbana, da Fonte e Campos Verdes foram formadas na última década e, em grande parte, as pessoas que ali estão são “trabalhadores do mato”.

Na conversa com a vereadora sobre o processo de formação dessas vilas e bairros e as consequências geradas, ela trouxe uma história curiosa sobre a vila da Fonte. Até meados de 2010 esta vila era chamada de “Vila do Facão”, pois diariamente, em torno das 18 horas, estacionavam inúmeros ônibus das “empresas do mato” deixando os trabalhadores, cada um com o seu instrumento de trabalho pendurado na cintura. A troca do nome da vila partiu dos próprios moradores, na tentativa de “amenizar” o que a realidade evidenciava.

A vereadora fez questão de mostrar que as consequências do inchaço da população urbana são desastrosas. Em primeiro lugar ressalta que nos últimos 10 anos houve um aumento no índice de pobreza e que em torno de 10% da população se encontra em condições de miséria absoluta. Ela faz uma relação entre as vilas, os trabalhadores do mato e a silvicultura que não deu conta de gerar desenvolvimento para essas populações, pois “é nestas vilas que se encontram as pessoas mais miseráveis do município”.

A vereadora também chama a atenção para as transformações percebidas no ambiente, como a escassez de água nos assentamentos rurais que estão próximos aos plantios de árvores. Estas reclamações têm sido feitas corriqueiramente à vereadora, que tem visitado os assentamentos da região e coletado relatos sobre os impactos dos monocultivos de árvores.

4.2 Dinâmicas socioambientais em Herval: primeira aproximação

O município de Herval foi criado em 1881, quando se emancipou de Jaguarão, apresentando atualmente uma área de 1.758 km² e uma população de 6.753 habitantes, com densidade demográfica de 3,8 hab/km² (IBGE, 2010). Dessa população, 66,9% vivem na zona urbana e 33,1% na zona rural. A população é composta por 3.484 (51,6%) homens e 3.269 (48,4%) mulheres (IBGE, 2010).

A economia do município está baseada na agropecuária, destacando-se a pecuária de corte, ovinocultura, orizicultura e, mais recentemente, a pecuária de leite, impulsionada pelos assentamentos de reforma agrária. O PIB per capita é de R\$ 9.770,95 (IBGE, 2010) e o IDH de 0,75 (PNUD, 2000). Conforme Soares e Salamoni (2007), a Zona Sul do Rio Grande do Sul se caracteriza pela predominância de latifúndios, tradicionalmente de pecuária extensiva, com fraca dinamicidade econômica nas últimas décadas. Essa condição descrita pelos autores resultou em pressões por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tornando-se uma das regiões mais importantes para a implementação da reforma agrária no estado, especialmente a partir do final da década de 1980. O município de Herval teve destaque na década de 1990 por ter recebido um alto número de assentamentos, que, de acordo com Martins e Menasche (2009), concentram o maior número de famílias assentadas na Região Sul.

Em 2003, na tentativa de dinamizar ainda mais esta região, em parceria com o governo do estado, instalou-se a empresa Votorantim Papel e Celulose (VCP) com o Projeto Losango. Esse projeto visava à construção de uma fábrica nesta região e o plantio de milhares de hectares de eucalipto. Em

2009, a VCP e a Aracruz Celulose e Papel fundiram-se e a empresa passou a se chamar Fibria Celulose e Papel¹⁵.

Segundo Zarnott *et al.* (2010), a Fibria já adquiriu em torno de 80,6 mil hectares de terras na região, realizando o plantio de eucalipto em cerca de 35.000 ha, tendo áreas adquiridas em 12 municípios da região (VCP, 2006). Além da produção própria, aproximadamente 30% da matéria-prima deverá ser produzida por terceiros, especialmente pequenos proprietários, que segundo a empresa são aqueles com propriedade de, no máximo, 300 ha de área total¹⁶.

De acordo com Ferreira (2010, p. 32), a economia de Herval é tradicionalmente baseada na criação agropecuária, principalmente de bovinos, ovinos e equinos, no entanto, “atualmente restam poucas propriedades reconhecidas popularmente como estâncias [nome usado no sul para propriedades rurais não apenas grandes, mas tradicionais]”. A autora comenta que muitas delas foram compradas pelo INCRA e tornaram-se assentamentos rurais, outras foram compradas na última década pela Votorantim Celulose e Papel e tornaram-se grandes plantações de eucaliptos, transformando drasticamente o cenário rural do município (Ferreira, 2010).

As entrevistas no município de Herval foram realizadas em dezembro de 2011, com assentados e lideranças do MST, moradores de algumas localidades e técnicos que trabalharam no resgate arqueológico do Projeto Losango na região. No entanto, neste texto recorre-se a uma entrevista com uma assentada da reforma agrária e pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para expressar alguns dos argumentos mais representativos sobre as dinâmicas socioambientais provocadas pelos monocultivos de árvores no município de Herval.

“O problema é a forma como o plantio do eucalipto é feito”

Para a assentada, a frase acima é o ponto-chave dentro do tema da expansão dos monocultivos arbóreos no RS. Ela é assentada no Assentamento Tamoios, criado no município em 2002. Mora com seus dois filhos e a mãe na casa da antiga sede da Fazenda Vista Alegre; sua irmã e família moram no lote vizinho à ex-sede.

A família da assentada teve sua trajetória junto ao MST; o pai era engenheiro agrônomo e prestou assistência técnica durante muitos anos ao Movimento até se engajar literalmente na luta pela reforma agrária. A família, natural de Rio Grande, veio para Herval e passou alguns meses acampada na beira da estrada. Em 2002, os membros ganharam lotes e foram assentados no assentamento Tamoios.

A assentada exerce uma posição de liderança dentro do Movimento, apresenta grande desenvoltura e uma retórica bem articulada. Segundo ela, apesar de morar “pra fora”, está sempre “conectada” com as notícias do mundo, se referindo à instalação da internet em sua casa e às viagens que faz em função de sua posição dentro do MST. É por meio da fala desta assentada que são apresentados alguns fatos importantes que aconteceram em Herval e na região a partir da reestruturação dos sistemas produtivos, dando ênfase à expansão dos monocultivos de eucalipto.

Herval é marcada pela tradição da pecuária extensiva e da concentração fundiária, mas, principalmente na última década, os sistemas produtivos se diversificaram e o tamanho das terras tem diminuído. Ferreira (2010) comenta que Herval sempre se mostrou contrária aos levantes revolucionários que marcaram o século XIX no Rio Grande do Sul, mantendo-se “monárquica e conservadora”. O que se pode observar tanto na fala da assentada quanto nas leituras de trabalhos

¹⁵ No entanto, em alguns momentos utiliza-se o termo “VCP”, levando em consideração as falas dos interlocutores que preservaram essa denominação.

¹⁶ Segundo a empresa até 300 ha é considerado pequeno produtor, de 300 a 500 é reconhecido como médio produtor e acima de 500 grande produtor.

científicos tendo o município como empírico é que o mesmo atravessa um conflito tenso entre a “tradição” e a “modernidade”.

Como comentado anteriormente, Herval apresentava um alto índice de concentração de terras, cuja atividade principal é a pecuária de corte. No entanto, o município não escapa à crise que afeta a região, mais especificamente, a crise da pecuária. Grande parte dos latifúndios foi sendo desmembrada, principalmente, pelo processo de herança familiar, ou em outros casos, também comuns na região, para o pagamento de dívidas. Aí está também uma das razões para a instalação de vários assentamentos de reforma agrária.

Entre 2003 e 2004 diversos pecuaristas do município passaram a investir em plantios de árvores, principalmente, eucalipto. O curioso neste fato é que o que moveu os pecuaristas foi o intuito de gerar capital para manter a atividade pecuária. Portanto, o que se observa na região é uma nova estratégia de produção, não a substituição da atividade pecuária pela silvicultura, mas sim o que se pode chamar de “consórcio”, reduzindo-se a área de pecuária para introduzir eucalipto ou acácia, diferentemente, por exemplo, do que se observa em Encruzilhada do Sul, onde os grandes pecuaristas preferem vender as terras. Porém, o que tem se observado é que, por enquanto, não está havendo agregação de renda, em função de a colheita da madeira ter atrasado, gerando insatisfação dos pecuaristas que aderiram aos plantios.

Aproveitando-se deste cenário, a empresa Fibria expandiu seus negócios pelo município, adquirindo e arrendando terras para o plantio de eucalipto. Na fase exploratória da pesquisa, encontraram-se pessoas a favor da atividade e outras que se diziam contrárias. Porém, as que se diziam a favor temiam pelos impactos que esses plantios poderiam provocar no ambiente; surpreendentemente, o mesmo argumento foi utilizado pelas pessoas contrárias à atividade.

Para a assentada, a atividade de silvicultura tem “abalado o processo cultural” da região, pois tem provocado migrações internas e eliminado as cadeias alimentares da região. Comenta ainda sobre o aumento de javalis nos campos de Herval em função do aumento de áreas com “mato”. Ela comenta que em torno de 10% do território de Herval está coberto por eucalipto e que a Fibria só parou de plantar em função da cota máxima de plantios por município¹⁷.

Outro ponto comentado pela assentada é sobre o argumento da Fibria quanto às vagas de emprego. Segundo ela, os funcionários que trabalham no “mato” não são de Herval, mas de outros municípios vizinhos. É comum ver ônibus que transportam os funcionários de outros municípios para as frentes de trabalho (plantio, desbastes, colheita etc.) em Herval. Além dos ônibus, outro veículo comum nas estradas vicinais de Herval são os “treminhões”, caminhões que possuem três carretas acopladas que fazem o transporte da madeira até a sede da Fibria (Capão do Leão), ou diretamente ao porto de Rio Grande. Segundo alguns moradores da vila do Basílio, do Rincão Feliz e da Coxilha de Lajeado, o tráfego de caminhões tem prejudicado a conservação das estradas.

Novas dinâmicas também foram observadas em relação à ovinocultura no município. Geralmente esta atividade era realizada em grandes propriedades. Com a entrada da silvicultura, alguns proprietários optaram pelo plantio do eucalipto em detrimento da criação de ovelhas. Com este movimento nos sistemas produtivos houve um aumento do preço da lã na região pela escassez do produto, abrindo oportunidade aos pequenos pecuaristas.

Entre os que começaram a produzir madeira para celulose existem aqueles que optaram por fazê-la como forma de investimento, ou como é comum escutar na região, fizeram uma “poupança”. Já aqueles que contavam com a renda ao final de sete anos na colheita do eucalipto estão desgostosos,

¹⁷ Como a assentada não sabia explicar qual a “cota máxima”, presume-se que esta teria relação com as restrições de área (bacia e sub-bacia hidrográficas) impostas pelo zoneamento ambiental (ZAS).

pois as “lavouras” não tiveram pleno desenvolvimento vegetal, empurrando o período de colheita para adiante do previsto, conseqüentemente, o retorno financeiro também atrasou¹⁸.

Este movimento de compra e arrendamento de terras realizado pelas empresas de madeira e celulose gerou um aumento de 362,45% no preço das terras em Herval. Foi o que constatou Pauli (2010) ao comparar os preços das áreas adquiridas pelo Programa Banco da Terra no período 2001 a 2003 com aquelas financiadas no ano de 2009 por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). De acordo com o autor, alguns fatores sugerem as causas desta significativa evolução dos preços, como a entrada de empresas do setor florestal nesta região, as ofertas atrativas de compra de terras, assim como a própria oportunidade oferecida pelos programas de crédito fundiário (Pauli, 2010).

Ferreira (2010, p. 33) relata que a única coisa que a VCP trouxe para o município foi o “aumento do já absurdo desemprego, visto que comprou não apenas estâncias, mas também fazendas de médio porte e pequenas propriedades, localidades que no geral empregavam quase todos os trabalhadores rurais do município”. Constata também que muitos pequenos proprietários venderam sua terra para a VCP, entusiasmados com os valores que a empresa ofereceu. (Ferreira, 2010).

Morelli (2011) comenta que com os arrendamentos feitos à silvicultura em terras que antigamente era realizada pecuária tradicional ou em terras próprias que foram desmembradas de grandes estâncias, iniciou uma nova configuração territorial sob o domínio do capital de grandes empresas. Portanto, a indução a uma reestruturação fundiária é apenas aparente, à medida que a inserção do capital via financiamento público e privado fragmenta o território de algumas dezenas de grandes e médios proprietários e aglutina novamente novas extensões de terra sob a territorialidade das três empresas citadas (Aracruz, VCP e Stora Enso). (Morelli, 2011, p. 116).

Conforme Ferreira (2010), a VCP ao comprar as fazendas, muitas seculares, com marcas do trabalho escravo, cercas de pedra e senzalas, mandou soterrar as casas e as dependências. “Assim não se perde apenas com relação à natureza e o efeito danoso da monocultura, mas também com a destruição de experiências do passado e também do presente [...]”. (Ferreira, 2010, p. 32).

Em termos culturais Ferreira e Gonçalves (2010) expressam sua preocupação em função da implantação de monocultivos de eucalipto na região de Herval, pois eles tendem a expulsar as pessoas do campo e desfazer a identidade do gaúcho. Entre estas identidades construídas ao longo de vários anos estão algumas profissões como a do cantareiro, do domador, do alambrador, do esquilador: “são formas de trabalho que constituem certas identidades na região do pampa e dão sentido a vida de muitos desses trabalhadores”. (Ferreira; Gonçalves, 2010, p. 1).

4 Considerações finais

A Metade Sul do Rio Grande do Sul tem se caracterizado pela instabilidade de duas atividades econômicas historicamente significativas nesta região – as lavouras anuais (principalmente, arroz e soja) e a pecuária extensiva (bovinos e ovinos). Tal instabilidade se deve, sobretudo, ao insuficiente retorno econômico que estas atividades estão permitindo e pela intensa exploração do meio natural. Em função destes fatores estas atividades foram abrindo espaço a outras atividades, entre elas a produção de madeira para celulose e papel.

Com a implementação desta atividade por parte dos agricultores familiares e pecuaristas extensivos, percebe-se primeiramente uma alteração na paisagem dos municípios, em função das diferentes formas de organização e exploração do meio natural e, mudanças também no espaço social. Contribuíram neste processo de alteração nas dinâmicas das relações sociedade-natureza o avanço das multinacionais em busca de novas áreas para os plantios de árvores; as políticas públicas de incentivo

¹⁸ Cabe salientar que não se obteve dados estatísticos sobre a produção de madeira em tora para celulose e papel no sítio do IBGE. Presume-se que nesta área ainda não havia sido feitas colheitas significativas para serem computadas no último Censo.

ao “reflorestamento” criadas pelo Estado e a busca por alternativas de desenvolvimento rural da população local.

A atividade de produção de madeira para celulose e papel tem influência sobre as dinâmicas sociais e ambientais - provocando mudanças tanto na exploração do meio natural quanto de ordem técnica. A silvicultura é uma atividade que tem relação estreita com o mercado. Segundo Andriguetto-Filho e Marchioro (2002), estas dinâmicas de mercados têm sido importantes no processo de mudança técnica, pois interferem no aumento da área plantada, de substituição de produtos que não faziam parte dos sistemas de produção tradicionais e que, por conta disso, podem causar impactos tanto no sistema Sociedade como no sistema Natureza.

Verifica-se no relato dos entrevistados que tanto em Encruzilhada do Sul quanto em Herval houve mudanças/transformações que ocorreram no meio natural e social, exigindo dos atores sociais envolvidos um (re)adaptar-se a este “novo” contexto. Nesta ebulição de acontecimentos em torno da expansão da produção de madeira para celulose e papel nos dois municípios, podem-se constatar a partir dos relatos dos entrevistados os seguintes efeitos: a degradação ambiental causada ao se implementar tais monocultivos de árvores; as estratégias socioprodutivas destas multinacionais ao instalarem seus empreendimentos nos municípios da região Metade Sul; as relações trabalhador-empresa de celulose e/ou empresa terceirizada; e, as estratégias de ação/reação dos próprios agricultores familiares e dos pecuaristas extensivos à atividade. Em suma, o que se percebe é que todos estes acontecimentos passam a provocar mudanças na relação sociedade-natureza dos espaços pesquisados. Destaca-se por fim, que este estudo ainda está em andamento e, portanto, não tem a pretensão de ser conclusivo neste momento.

5 Referências

- Andriguetto-Filho, J. M; Marchioro, N. de P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. *In: RAYNAUT, C. et al. (Org.). Desenvolvimento & Meio Ambiente em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais.* Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 159-194.
- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF. *Dados estatísticos plantações comerciais.* 2012. Disponível em: <<http://www.abraflor.org.br/estatisticas.asp>>. Acesso em 14 Jun. 2012.
- Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA. *Dados da produção florestal no Brasil.* 2010. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2010.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2012.
- Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA. *Dados da produção florestal no Brasil.* 2011. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2011.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2012.
- Binkowski, P.; Almeida, J.; Chiappe, M. Conflitos Ambientais em torno de Plantações de Eucalipto no RS e no Uruguai: contexto, mobilizações, interesses e argumentos. *In: Sociologia: Conexões Pertinentes.* RODRIGUES, L. P.; SPOLLE, M. V. (Org.). Pelotas: Editora IFISP/IFPEL, 2012.
- Carámbula, M.; Piñero, D. La forestación en Uruguay: cambio demográfico y empleo en tres localidades. *Agrociencias*, Vol. X N.2, 2006. p.63-73.
- Carrere, R.; Lohmann, L. *El papel del Sur. Plantaciones forestales en la estrategia papelera internacional.* Montevideo: WRM. (s/d). Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em: 24 Set. 2006.
- Ferreira, L. de F. *O Tempo e o Voto: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas.* 2010. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_leticia_2010.pdf>. Acesso em: 24 Jun. 2012.

- Ferreira, L. de F.; Gonçalves, J. W. *Trabalho e Memória na Campanha Gaúcha*. 2010. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/Artigo%206.pdf>>. Acesso em: 24 Jun. 2012.
- Hilgemberg, E.; Bacha, C. J. *A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial*. Artigo para BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) – Revista Análise Econômica, ano 19, n.36. 2000.
- IIED. *Towards a Sustainable Paper Cycle*. London: IIED, 1996.
- Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística – IBGE. *Dados município Encruzilhada do Sul e Herval*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29 Jun. 2012.
- Juvenal, T. L.; Mattos, R. L. G. O setor de celulose e papel. In: BNDES – 50 anos: histórias setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf>. Acesso em: 29 Abr. 2012.
- Lerner, F.; Diesel, V.; Quoos, R. D. Investimento florestal e transformações territoriais: o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Brasil. In: *V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*. 2007. Buenos Aires. Desarrollo y Transformaciones Regionales. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, UBA, 2007. v. único, 2007.
- Lerner, F.; Diesel, V. Mudanças no uso do solo associadas ao investimento florestal e suas implicações para o desenvolvimento territorial. *IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC / RS. 2008.
- Martins, V. S.; Menasche, R. *Trajetórias do lugar de viver em terra de reforma agrária*. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/813.pdf>>. Acesso em: 23 Mai. 2012.
- Morelli, L. A. Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul. 2011. 222 f. *Tese* (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Oliveira, M. C. C. Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em áreas de fronteira agrária na Amazônia Oriental. 2009. *Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, PGDR, Porto Alegre, 2009.
- Oliveira, M. C. C.; Almeida, J. Mudanças socioprodutivas e as novas relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. Rio de Janeiro. In: *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2009.
- Osorio, E. G. Indústria de Papel e Celulose: estudo de caso da implantação da VCP Florestal no Extremo Sul do Rio Grande do Sul. 2007. *Monografia*. UFSC. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293729>>. Acesso em: 6 Ago. 2013.
- Pauli, C. C. Preço da terra x viabilidade das propriedades adquiridas pelo Banco da Terra e PNCF: uma análise dos municípios de Cristal e de Herval e análise da realidade socioeconômica dos assentamentos emergentes do PNCF no município de Herval e perspectivas de desenvolvimento. 2010. *Monografia de Graduação*. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Charles_Pauli.pdf. Acesso em: 20 Jun. 2012.
- Pedreira, M. S. Complexo florestal, inserção competitiva e impactos socioeconômicos: O caso da região do extremo sul Baiano. In: BARROS, H. de; RUBIO, B. (Org.) *Globalización y Desarrollo Rural en América Latina*. Recife: Imprensa Universitária, UFRPE, 2002. p 197-222.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. *Dados de IDH*. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 23 Abr. 2012.
- Ribas, R. P. *et al.* *Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários em Encruzilhada do Sul-RS: o contraste entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação de um mesmo espaço*. 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O504.pdf>>. Acesso em: 13 Jun. 2012.

- Roche, J. A Colonização Alemã. In: *Rio Grande do Sul – Terra e Povo*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 129-143.
- Shiva, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia* – São Paulo: Gaia, 2003.
- Soares, M. G. O.; Salamoni, G. Do latifúndio à reforma agrária: as transformações sociais de um território, estudo de caso no município de Herval – RS. *XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação da UFPel*. Pelotas, 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00562.pdf>. Acesso em: 22 Jun. 2011.
- Soto, F. A. B. Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo. *Tese de Doutorado*, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1992.
- Souza, T. C. S. Afirmação e contestação no patrimonialismo: um estudo das práticas e representações sociais num território em transformação. *Dissertação de Mestrado*. 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7443/000544643.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 Jun. 2012.
- Suzigan, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: editora brasiliense, 1986.
- Valentim, I. L. Análise da Produção de Celulose do Brasil e do Comércio Internacional no Período de 1970 a 2005. *Monografia de Graduação*. UFRRJ. Seropédica: UFRRJ, 2007.
- Zarnott, A. V. *et al.* (Re)construindo (antigas) parcerias? a proposta de reflorestamento da vcp no Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT7-Alisson-Vicente-Zarnott.pdf>>. Acesso em: 23 Jun. 2012.